

PARADIGMAS DA INCLUSÃO DA PESSOA CEGA: VENCENDO DESAFIOS

Robson Andre Santos de Souza

Carmen Tereza Velanga

Marlene Rodrigues

ClaridesHenrich de Barba

Melissa Velanga Moreira

Suely Mascarenhas

RESUMO: A necessidade de se conhecer uma trajetória histórica sobre as pessoas cegas e seus desafios tem sido colocada em nossos dias, para melhor compreensão do processo de inclusão destas pessoas. De que forma se constituiu a história acerca da cegueira, segundo os estudos da área? De que maneira conhecer esta trajetória ajuda a compreender melhor o processo de inclusão e de exclusão? O que podemos aprender com a história e os desafios enfrentados pela pessoa cega no sistema educacional brasileiro, e por conseguinte, trazer para a prática docente? Estas são as reflexões a que nos propomos neste artigo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica buscando identificar de que forma a cegueira tem sido percebida através dos processos históricos registrados, trazendo os paradigmas dessa trajetória até os dias atuais. O objetivo é contribuir com a discussão na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, especialmente na formação de professores, onde se encontra a mais premente necessidade de um olhar para a inclusão a partir das diferenças.

Palavras-chave: Paradigmas da Cegueira. Educação Inclusiva. Formação de Professores.

ABSTRACT: The need to know a historical trajectory about blind people and their challenges has been placed in our days, to better understand the process of inclusion of these people. How has the story about blindness been constituted, according to area studies? How does knowing this trajectory help us better understand the process of inclusion and exclusion? What can we learn from the history and challenges of the blind person in the Brazilian educational system, and bring to the teaching practice? These are the reflections that we propose in this article. It is a bibliographical research to identify how blindness has been perceived through the historical processes, bringing the paradigms of this trajectory to the present day. The objective is to contribute to the discussion in the area of inclusive education, especially in teacher training, where the most urgent need is to look at inclusion from differences.

Keywords: Paradigms of the Blindness. Inclusive education. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Foram as lutas sociais históricas que deram origem ao conceito de inclusão, e, no que toca a educação, a luta das pessoas com deficiência e seus defensores estão na base da Educação Especial em todo o mundo.

A Educação Especial como um todo teve seus momentos históricos cujas características são as da sociedade da época, o que influenciava na forma como as pessoas pensavam, agiam e reagiam diante da deficiência. Assim podemos delinear três movimentos históricos relevantes, que delinea a trajetória da Educação Especial. Partindo de uma concepção extraída de um modelo clínico, a deficiência era vista como própria do indivíduo, assim, a pessoa com deficiência era separada das demais pessoas, em instituições médicas, sociais ou educacionais destinadas a este fim. A sociedade, a família e a escola encontravam na **SEGREGAÇÃO** a confirmação das suas crenças, assim o contato dessa pessoa era reduzido a convivência com os seus pares acreditando que, separando-a dos demais, em instituições específicas teria melhor atendimento educacional. O segundo movimento ou momento histórico trata-se de uma evolução do momento anterior, para a **INTEGRAÇÃO**, no qual os argumentos científicos voltados para a compreensão orgânica do indivíduo, deram lugar aos fatores sociais, ambientais, como uma forma de adequar o indivíduo ao meio. Assim o aluno era atendido em uma sala especial, separada da sala regular, ainda que por um tempo determinado, para que conquistasse o direito de ir para a sala regular ou comum. Dependia, portanto de um esforço pessoal de adequação do estudante ao meio circundante, a escola.

As reformas educacionais dos anos 1990 deram início a um novo movimento, o da **INCLUSÃO**, que buscou, na visão de seus idealizadores legais, permitir que toda e qualquer pessoa fosse acolhida na escola, sem pré-requisitos, sem que se adaptasse, pois nesta concepção, a escola teria de acolher, em primeiro lugar, e se propor a fazer as adequações necessárias ao melhor atendimento da pessoa com deficiência.

É importante discutir estes movimentos, que na verdade, vez ou outra são percebidos, na escola quer seja em concepções abertamente reveladas ou veladas, por parte de professores ou equipe administrativa, quer seja na interação com a família das pessoas com deficiência, que trazem também em suas vivências muito dessas concepções supostamente superadas. Em relação à pessoa cega, estes movimentos não foram e nem são diferentes.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Pretendemos discutir um breve histórico sobre a cegueira como forma de compreendermos melhor este processo e os desafios a serem superados ainda hoje na inclusão escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com reflexões sobre a nossa prática docente, sendo um dos autores, cego. Trazemos ainda a questão legal atual, e as dificuldades de se fazer Educação Especial numa perspectiva da educação inclusiva em atendimento a pessoa cega, refletindo sobre a necessidade de uma formação de professores que contemple essas questões com maior seriedade e aprofundamento.

1. UM PASSEIO HISTORICO SOBRE A CEGUEIRA

Entendemos, com Amaral (1994), a deficiência como um fenômeno construído socialmente, desta forma, o ser ou estar "deficiente" refere-se na maioria das vezes ao Outro, aquele que é considerado sem "deficiências".

A ocorrência da cegueira e seus diferentes significados estão mergulhados na própria história da humanidade. Será o tipo de organização da sociedade a qual essas pessoas estão inseridas que determinará como elas serão vistas, incluídas ou excluídas. No entanto, o estigma sempre acompanhou as pessoas com deficiência Para Goffman (1982, p.12-13), por *estigma* entende-se um atributo depreciativo, que designa uma pessoa com alguma característica de ordem física, psicológica e social diferente do grupo estabelecido como normal. Esses valores são determinados historicamente.

O delineamento de um breve histórico sobre a cegueira remete-nos aos significados que a ela foram conferidos e que se inserem na própria história da humanidade. Em todo esse trajeto vemos as marcas do preconceito e da rejeição.

Entre os séculos II a.C e II d.C. os historiadores trazem a referência do Código de Manu. Este documento faz parte de uma coleção de livros bramânicos, são eles: o *Mahabharata*, o *Ramayana*, os *Puranas* e as *Leis Escritas de Manu*. Aí se encontra o mundo indiano sob a forma de leis, escritas em sânscrito, estabelecendo o sistema de castas na sociedade Hindu. Foi escrito de forma poética, as regras são expostas em versos de grande imaginação e perfeita métrica. Em seu artigo 612 há referência a proibição de herdar herança para *os homens degredados, cegos, surdos, loucos*. (AMARAL, 1994).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Na *Antiguidade*¹ até o século VIII a.C., as pessoas com deficiência eram abandonadas ou mortas, algumas sociedades acreditavam em espíritos malignos que se apossariam do cego nato ou que desenvolvia deficiência visual, o que isolava o cego em sua comunidade. Em Roma, cerca de 740 a.C. era direito do patriarca da família matar um filho, jogado em precipícios ou em rios, que havia nascido com alguma deficiência, de acordo com as Leis das Doze Tabuas. Em Atenas e Esparta os pais tinham o dever de levar a criança em praça pública para apresentá-la e, caso tivesse alguma deficiência ela era eliminada, frequentemente era abandonada nas montanhas entregue à própria sorte.

Amaral (1994) relata que, para os hebreus era considerado indigno o coxo, cego ou corcunda, pois possuíam poderes demoníacos, sua impureza estava impressa nestas *marcas*.

No Egito da Antiguidade havia uma alta incidência de cegueira, creditava-se tal fato ao clima quente e a poeira do deserto.

Na Idade Média², século V, com o advento do Cristianismo, surgiram as instituições com a finalidade de dar assistência e proteger as pessoas com deficiência, no entanto, eram confinadas em asilos, isoladas e retirado o direito de trabalhar ou estudar. Há, dessa forma, um período místico e repleto de preconceitos e práticas de eliminação entre a Idade Antiga e Media, estendendo-se até início da Idade Moderna. A deficiência era considerada uma desgraça, um castigo dos céus. Sem possuir nenhum atributo para o trabalho ou estudos, o deficiente não atendia às exigências da sociedade e, dessa maneira, era comum o infanticídio das crianças que nasciam cegas, assim como o abandono daqueles que perderam a visão quando adultos³.

Mesmo que essas concepções místicas venham do passado, há resquícios presentes nos dias atuais. Ao conseguirem fazer plenamente uma determinada tarefa, muitas vezes foi, e ainda tem sido atribuído ao cego, superdotação, pois o senso comum parece não admitir que o cego faça determinadas coisas como qualquer outra pessoa.

Na Idade Média, a cegueira era percebida como punição, castigo ou vingança, sendo utilizada como pena judicial para punir crimes nos quais havia a participação da visão, como crimes contra a divindade ou contrários às leis do matrimônio.

¹Período que se estende desde a invenção da escrita, de 4 000 a.C. a 3 500 a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, 476 d.C.

²A Idade Média começou com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., e se encerrou com a tomada da capital do Império Bizantino, Constantinopla, pelos turcos-otomanos, em 1453.

³O blog traz referencial bibliográfico e livros literários que retratam a cegueira.
http://www.deficienciavisual.pt/r-Cegueira_historia-Joao_Franco.htm

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Para os gregos a cegueira era atribuída ao pecado, e ao adultério. Em Roma, era comum a eliminação do cego. No entanto, algumas pessoas cegas na Grécia eram veneradas como profetas, pois se considerava milagre o desenvolvimento extraordinário dos outros sentidos. Mais tarde essas sociedades desenvolveram admiração pelos cegos. Cícero filósofo orador e escritor romano, aprendeu Filosofia com um tutor cego chamado Diodotus. Na Alexandria, Dydmus, teólogo e matemático cego, no entanto, para a grande maioria, a realidade social era de completa penúria, eles viviam à custa de esmolas, os meninos se tornavam escravos enquanto que as meninas se tornavam prostitutas, como forma de sobrevivência. (ROCHA, 1987; AMARAL, 1994).

A sociedade, aos poucos, organizava os cegos em instituições. Os religiosos tratavam das pessoas com deficiência visual, desde o século V, constando a primeira comunidade para cegos na França, na cidade de São Lineu.

No Ocidente Guilherme, o Conquistador teria criado quatro hospitais para cegos, com a finalidade de expiar seu pecado ao se casar com uma pessoa de sua família.

No século XI, o Imperador de Constantinopla Basílio II, em uma guerra contra os búlgaros, ordenou que fossem extirpados os olhos de 15 mil prisioneiros.

No século XII próximo a Londres, no Reino Unido, há referência a um refúgio para homens cegos, criado por William Elsing, recolhendo os cegos que geralmente mendigavam e viviam da caridade do povo. Neste mesmo século, em Paris, Luis XIII fundou um asilo para atender 300 soldados franceses que tiveram seus olhos arrancados por ocasião das Cruzadas. No entanto, as pessoas pobres e com deficiência, entre eles, os incapazes e os cegos foram assistidos pela Lei *The Poor Law Act*, de 1601. Desta lei e até cerca de duzentos anos adiante, os cegos viveriam em suas casas ou em instituições denominadas *asylums* (asilos), com o suporte do estado.

Todavia, no Mundo Oriental o conceito de cegueira não era o mesmo que no Ocidente. A cegueira como pena era amplamente usada, como por exemplo, para os traidores e falsificadores, na Germânia. Para os agitadores políticos, nos povos bizantinos e merovíngios. Entre os bizantinos, por exemplo, a pena era executada com uma barra de ferro super aquecida, queimando o globo ocular ou extraíndo os olhos por incisão ou com os dedos. Entre os hebreus, árabes e hindus, era valorizada a audição, uma vez que a divindade só poderia interagir com o homem por meio da palavra. Como era valorizado o saber ouvir, os cegos eram vistos como possuidores do dom divino e de sabedoria. (ROCHA, 1987; AMARAL, 1994).

Entre os judeus que seguiam o Velho Testamento, a cegueira era encarada como fonte de pecado, como vemos neste texto bíblico: *E os discípulos lhe perguntaram, dizendo: Rabi, quem*

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? Jesus respondeu: Nem ele pecou nem seus pais, mas foi assim para que se manifestasse nele a glória de Deus (EVANGELHO de JOÃO, 9:2-3). Nesta passagem bíblica nota-se que a cura dos cegos estava ligada à remissão dos pecados. A Bíblia reflete o pensamento da Antiguidade sobre a cegueira, o que colaborou para a manutenção do preconceito. Segundo Barasch (2001), o cristianismo rompe com a filosofia e cultura do Ocidente, trazendo uma nova forma de pensar a natureza humana. Neste sentido desconstrói-se o conceito de deficiência visual como pecado e exclusão do ser humano imperfeito, valorizando a dimensão espiritual humana. A situação das pessoas com deficiência seria modificada a partir do fortalecimento do Cristianismo, no qual todos são filhos de Deus. O cego torna-se digno neste processo. No entanto, como vimos, na Idade Média, a Igreja toma para si a tutela dos cegos, afirmando sentimentos de piedade, compaixão e caridade, e, na sequência, a criação dos primeiros asilos.

Na China desde a Antiguidade a música era um meio de sobrevivência, e para isto os cegos exercitavam a memória e a audição. No Japão, desde épocas remotas, desenvolviam o trabalho para cegos com música, poesia, religião, o que possibilitou que muitos se tornassem contadores de estórias.

A cegueira viria a ser compreendida como patologia entre os séculos XV e XVI, surgindo assim as primeiras ações educacionais. Desta forma, podemos entender o que foi o movimento da SEGREGAÇÃO da Idade Antiga até a Idade Média, com mais intensidade, mas também na Idade Moderna e Contemporânea, em que se segregavam todos que apresentassem uma deficiência física, mental, sensorial, não somente os cegos.

Contribuindo para manter o estigma, as imagens que as pessoas faziam e reproduziam das pessoas com deficiência, fez com que a discriminação fosse naturalizada, além da restrição dos direitos a estas pessoas como cidadãos. Esta herança cultural apareceria marcada nas artes e literatura, com representações grotescas e monstruosas de deficientes, retratando sempre muito sofrimento, deformidades. Goffmann (1988) explica o estigma em sua essência como o tornar natural a pessoa deficiente como desumana, perpetuando e multiplicando o efeito do preconceito social.

Já no século XVIII os estudos sobre a deficiência visual tomaram um caráter mais científico. Em Paris, surgiria a primeira escola de cegos, o Instituto Real dos Jovens Cegos, criado por Valentin Haüy (1784), com a finalidade de retirar os cegos das ruas e da mendicância, para prepará-los para uma profissão. Haüy foi pioneiro a desenvolver trabalhos educacionais para cegos, provando sua hipótese de que estes eram capazes de ler por meio do tato. Sua experiência notória logo foi seguida por outros, na criação de outras escolas por várias cidades da Europa e

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Estados Unidos, como em Boston e Nova Iorque, com o Institute for the Education of the Blind (1832). (AMARAL, 1974).

A mais marcante revolução no campo da educação dos cegos surgiria no século XIX na França, por meio de um jovem cego de nome Louis Braille, que desenvolveu um sistema de caracteres de seis pontos em relevo, possibilitando a aprendizagem da leitura e escrita, proliferando-se na Europa e Estados Unidos. Este importante método levou o nome de seu criador, sistema Braille, sendo utilizado até os dias atuais. O primeiro Instituto para cegos seria criado em Massachusetts (EUA, 1829), sendo que a primeira escola para cegos, inteiramente subsidiada pelo governo, foi criada em 1837 em Ohio (EUA). Expandia-se assim a escola que segregava os cegos.

Somente a partir da metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), o atendimento a pessoa cega passaria a se dar na escola regular.

Como afirma Mendes (2006, p. 387-388), “a Segregação era baseada na crença de que eles [crianças e jovens com deficiência] seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados”. Já na área científica, enfatizavam-se os fatores orgânicos ou individuais, não se cogitava os sociais e ambientais, dessa forma, ocorrendo um processo de transição do modelo médico para o modelo social da deficiência (ANJOS, 2009).

O movimento de INTEGRAÇÃO resultou das críticas ao movimento anterior segregacionista. Na área educacional a pedagogia voltava-se para a adequação da pessoa com deficiência ao ambiente escolar, na tentativa de enquadrá-la nos padrões da escola comum. No entanto a escola destinava classes especiais para agrupar crianças e jovens deficientes, que levavam um tempo até alcançarem pré requisitos para acompanhar as turmas das salas comuns. Isso podia acontecer em algum tempo, anos ou jamais. Na visão integracionista, era o indivíduo que devia se adaptar ao ambiente, alcançar os supostos níveis dos demais alunos para acompanhar o ensino numa sala comum, seria decorrência do próprio esforço individual. A simples presença desses alunos em meio aos demais não era motivo de mudanças estruturais ou atitudinais na escola. A lógica estrutural da escola permanecia, mas não deixava de haver preocupação e esforços para a suposta integração, na crença que era o melhor para atender esses alunos.

Como afirma Motta (2004, p.8)⁴

⁴Excerto do texto de doutoramento da autora encontra-se disponível em: <http://www.bengalalegal.com/deficiencia-visual>>. Trata-se de um site especializado na temática.

(...) a história, as lendas, a literatura e a própria Bíblia contribuíram para perpetuar as idéias negativas, os mitos sobre o efeito da falta da visão na vida das pessoas. A falta de conhecimento e entendimento sobre o tema, segundo Hutchinson et al (1997), acaba resultando em uma limitação das oportunidades que são oferecidas às pessoas cegas e com baixa visão. A cegueira e a baixa visão não deveriam ser barreiras para uma participação maior na sociedade e na escola. Estas barreiras são, na grande maioria, construídas pela própria sociedade, sendo traduzidas na linguagem utilizada para descrever as pessoas com deficiência pela cultura da normalidade (...)

A lógica da Inclusão surgiu da crítica ao movimento anterior, integracionista. A Educação Especial passa a ter outra face, a face da inclusão de todos na escola, o acolhimento em primeiro lugar como direito, além do atendimento educacional especializado em salas para este fim, sem porém, ter o caráter separatista. O currículo passaria a ser flexibilizado, as relações interpessoais teriam que ser repensadas e aprimoradas, a atitude de acolher e dar atendimento específico segundo as necessidades passou a ser valorizada e a escola passaria a dar suporte estrutural, curricular, comunicacional e humano, segundo as reformas a partir da década de 1990, intensificando-se nos anos 2000. O paradigma da INCLUSÃO surge, portanto como uma reflexão sobre as práticas docente, a formação de professores, o atendimento especializado por profissionais da educação especializados em determinadas áreas da educação especial, a possibilidade de ter suporte de pessoas que ajudariam nos cuidados essenciais dos alunos com maior dificuldade dentro da escola. No entanto, todos esses programas estão em desenvolvimento, legislações sendo revistas, pesquisas em andamento, neste sentido, a inclusão recebe muitas críticas, mas continua em pauta.

2 A INCLUSÃO DA PESSOA CEGA E SEUS DESAFIOS

O início da era da Integração deu-se na Europa após as duas guerras mundiais. Neste contexto houve um grande e rápido avanço dos direitos humanos bem como da ciência. Os mutilados de guerra requeriam a reintegração de volta a sociedade alicerçada nos seus direitos humanos e civis (SANTOS 1995).

No final da década de 1960 e durante a década de 1970, estruturaram-se leis e programas de atendimento educacional que favoreceram a integração da pessoa cega na escola regular e no mercado de trabalho. A integração no período citado baseava-se principalmente no modelo

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

médico de deficiência, que tinha como objetivo a *adaptação* da pessoa com deficiência, às exigências ou necessidades da sociedade como um todo (SASSAKI, 1998; SANTOS, 1995).

De acordo com Santos (1995, p. 24), "até aos anos 80 a integração desenvolveu-se dentro de um contexto histórico em que pesaram questões como igualdade e direito de oportunidades". Durante a última década de oitenta, consolidou-se a integração da pessoa cega. Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano e a Década da Pessoa Portadora de Deficiência, abrindo espaço nos meios de comunicação para uma maior consciencialização da sociedade (SANTOS, 1995).

As reformas no âmbito educacional ganham força nos anos 1990, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e com a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994). Tem início a denominada "era da inclusão", na qual se passa a exigir da sociedade como um todo que faça as adaptações para a integração social, além de tornar mais forte o direito da pessoa com deficiência. (SASSAKI, 1998).

No entanto, conforme observa Mantoan (1998), não ocorreu nenhuma mudança na estrutura social vigente, cabendo ao indivíduo a responsabilidade de se "adequar" ao sistema. Acreditava-se que o processo de integração que buscava a normalização da pessoa com deficiência não conseguia propor uma verdadeira inclusão. Dessa forma constatava-se que as práticas integracionistas acabavam por praticamente excluir socialmente as pessoas com deficiências. O significado de integração passa a ser questionado principalmente porque as práticas integracionistas não modificam a sociedade, a escola, as práticas sociais em relação a pessoa com deficiência. Numa sociedade capitalista a exclusão torna-se muito evidente e as práticas de integração, de adaptação do sujeito a sociedade acabam por favorecer a manutenção das desigualdades deste sistema.

Nas décadas de 1960 e 1970 leis e programas foram estruturados para o atendimento educacional ao cego visando a sua integração na escola regular e no mercado de trabalho.

O Ano e a Década da Pessoa Portadora de Deficiência foi instituído pela ONU em 1981, tendo início um despertar de consciência social a respeito dos direitos dessas pessoas.

A década de 1990⁵ foi denominada como a *era da inclusão*, sendo destacada pelas políticas públicas em favor da inclusão da pessoa com deficiência na escola e na sociedade,

⁵ O portal do Ministério da Educação traz materiais e textos legais sobre a inclusão do cego. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

visando ultrapassar a mera integração social, mas voltada para que a sociedade se adaptasse as diferenças, além da garantia dos direitos.

Como observamos as pessoas cegas passaram, ao longo da história da humanidade, por transformações sociais a partir da concepção de cegueira, e por consequência, da forma como tratá-la. Assim, registramos a Segregação, a Integração e a Inclusão.

No período de segregação, até os anos de 1960, as pessoas com deficiência eram impedidas de frequentarem as instituições de ensino regular sendo privados da socialização com seus pares devido aos estigmas existentes na sociedade da época. O atendimento destinado a elas era restrito as instituições especializadas em que o objetivo principal era de cunho assistencialista e não educacional, pois prevalecia a ideia de que as pessoas com deficiência não conseguiam e não tinham capacidade para avançar no processo educacional. Posteriormente, nos anos de 1970, durante o período de integração, as instituições de ensino regular passaram a receber as pessoas com deficiência, no entanto, essas instituições não proporcionavam a elas possibilidades de aprimorar suas capacidades. Desse modo, conforme afirma Reis (2013, p. 80), “a escola não muda sua rotina nem sua prática pedagógica e, sim, os alunos é quem tem de mudar para se adaptar a sua realidade e as suas exigências”. Assim, não eram oferecidas a essas pessoas as mesmas oportunidades de aprendizagem destinadas aos seus pares ficando a inclusão delas restrita apenas ao direito de acesso as instituições. Somente com a definição do conceito de inclusão, na década de 1980, é que a Educação Especial passou a ser vista com outro ‘olhar’. Um olhar de respeito às diferenças e a diversidade em que o estímulo às habilidades de todos se faz fundamental. Nessa nova perspectiva, o foco é o desenvolvimento de uma educação de cunho humanista baseada na igualdade de oportunidades e na promoção de saberes que incitam atitudes de valorização do ser humano e de respeito à diversidade (REIS, 2013).

No Brasil, a primeira Constituição a dar espaço para tratar da pessoa com deficiência foi a de 1967. No entanto, seria somente no texto da atual Constituição Federal, de 1988, que o tratamento da pessoa com deficiência se solidificou ao dar um enfoque específico para a inclusão social. Como afirma ANJOS et alii (2009, p.117):

A difusão das ideias inclusivas adotadas no Brasil como linha política e a decorrente decisão de matricular na escola regular os alunos com deficiência trouxeram à luz o fato de que concepções e práticas segregacionistas, integracionistas e inclusivistas convivem e se enfrentam no cotidiano das escolas.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

A partir desta época um princípio filosófico seria o que direcionaria a integração, ou seja, o princípio da *normalização*. Buscamos em Mantoan uma definição que seria muito utilizada no Brasil, por normalização ela define aquilo que:

Visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas as condições e os modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade; implica a adoção de um novo paradigma de entendimento das relações entre as pessoas, fazendo-se acompanhar de medidas que objetivam a eliminação de toda e qualquer forma de rotulagem (MANTOAN,1998 p. 31).

Desta forma, as políticas para educação especial passam a ter o objetivo de oferecer as pessoas com necessidades especiais todas as condições normais para que ela tenha autonomia na vida diária como qualquer outra. (BRASIL, 1994).

A *Inclusão* para Sasaki refere-se ao processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seu lugar na sociedade (SASSAKI, 1997). Neste sentido, o processo de inclusão assume seu lugar político na sociedade, pois traz denúncias acerca das pessoas que sofrem preconceito, desigualdade, desrespeito em decorrência de suas deficiências. O fato de haver hoje no Brasil, desde 2008, uma política nacional de inclusão, e motivo para reivindicações estruturais nas escolas e na sociedade como um todo, e um momento histórico para se rever concepções do passado e buscar interferir nos planejamentos das instituições sociais, a fim de garantir o direito às diferenças individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação escolar se expandiu no início do século XX, e havia se consolidado como modelo de ensino em atendimento à pessoa cega, porém assistimos, depois da Segunda Guerra Mundial e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a mudança de paradigma onde se passou a pensar na possibilidade de atendimento à pessoa cega na escola regular.

A partir da década de 1990, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e com a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994), passou a vigorar a "era da inclusão" atribuindo, assim, à sociedade, o dever de realizar adaptações às diferenças individuais.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Estamos em um momento de mudanças sociais, no qual as minorias ganham voz, saem as ruas reivindicando seus direitos, um tempo de questionamentos das verdades antes imutáveis, neste sentido essas mudanças trazidas pelos ventos dos movimentos sociais através da luta contra qualquer tipo de discriminação podemos dizer que o processo de inclusão não se refere apenas as pessoas com deficiência, mas a Todos e Todas. Em que pese que haja momentos de oscilações sobre as práticas inclusivas nas escolas, que muitos ainda não se julguem preparados para o acolhimento, escolarização e educação da pessoa deficiente, a sociedade brasileira deu mais um passo em adotar a inclusão como paradigma que tem baseado as políticas e as legislações que favorecem a inclusão e que penalizam a discriminação.

A política nacional de educação na perspectiva da inclusão (2008) para além da abertura a um novo paradigma, o da inclusão, possibilitando a sociedade repensar suas práticas, suas estruturas, o direito, trouxe a área da formação profissional docente a preocupação com o currículo. A despeito da legislação que favorece a inclusão torna-se necessário ao campo docente consolidar conhecimentos acerca das pessoas com deficiência, alunos da rede básica de ensino público, como sujeitos de direitos, inclusive o de aprender. Para isso os currículos de formação devem agregar não supostas disciplinas isoladas para discutir a inclusão, mas que a inclusão seja a temática permear todo o currículo, em conhecimentos específicos, gerais e na interdisciplinaridade, gerando a difusão da atenção a pessoa com necessidades específicas.

REFERENCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença: deficiência.** Brasília: CORDE, 1994.

AMARAL, L.A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

ANJOS, Hildete Pereira dos., ANDRADE, Emmanuele Pereira de., PEREIRA, Mirian Rosa . A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso.

Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

BARASCH, M. **Blindness - The History of a Mental Image in Western Thought.** Routledge. London, 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial ,1994.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MANTOAN, M. T. E. Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos. **Revista Integração**, (20), p. 29-32. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. Aprendendo a ensinar Inglês para alunos Cegos e com Baixa Visão: um estudo na perspectiva da Teoria da Atividade. **Tese Doutoral**. São Paulo, PUC, 2004.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível. 2013. 278 f. **Tese** (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013

ROCHA, H. **Ensaio sobre a problemática da cegueira**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987.

SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, (3), p. 21-29. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

SASSAKI, R. K. Entrevista. **Revista Integração**, (20), p. 08-10. Brasília: SEESP/MEC, 1998.

Recebido em 20/3/2019. Aceito: 20/6/2019.

Sobre autores e contato:

Robson Andre Santos de Souza - UNIR – Mestrado Profissional em Educação Escolar (MEPE)

E-mail: robsonandre85@gmail.com

Carmen Tereza Velanga - Professora da graduação e pós graduação, UNIR- Universidade Federal de Rondônia

E-mail: carmenvelanga@gmail.com

Marlene Rodrigues - Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: marlenerodrigues.rodrigues658@gmail

Clarides Henrich de Barba - Professor da graduação e pós-graduação, UNIR- Universidade Federal de Rondônia

E-mail: claridesbarba@gmail.com

Melissa Velanga Moreira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

E-mail: melissavelangamoreira@gmail.com

Suely A. do N. Mascarenhas - Professora da graduação e pós-graduação -Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: suelyanm@ufam.edu.br